



QUANDO O RURAL É MAIS QUE PRODUÇÃO: O COMPROMISSO DA ATERS PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO SOCIAL NO CAMPO

Luana Lucas Alves¹

Extensionista Rural Social - Emater/RS-Ascar; lalves@emater.tche.br

Márcia Barboza Breitenbach²

Extensionista Rural Social - Emater/RS-Ascar; mbarboza@emater.tche.br

Regina da Silva Miranda³

Extensionista Rural Social – Emater/RS-Ascar; regimira@emater.tche.br

Caroline Souza de Quadros⁴

Extensionista Rural Social - Emater/RS-Ascar; cdquadros@emater.tche.br

Karin Peglow⁵

Extensionista Rural Social – Emater/RS-Ascar; kpeglow@emater.tche.br

Maria Inês Borges da Fonseca⁶

Extensionista Rural Social – Emater/RS-Ascar; mbfonseca@emater.tche.br

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o serviço de Extensão Rural Social desenvolvido pela Emater/RS-Ascar a partir de uma pesquisa realizada pela Associação dos Extensionistas Sociais Rurais do Rio Grande do Sul (AESR/RS), trazendo dados sociodemográficos da categoria, os desafios e vulnerabilidades do meio rural pela perspectiva dos diversos profissionais e finaliza apontando para a necessidade das Instituições Públicas de ATER repensarem sua atuação frente ao atual cenário, considerando as desproteções e vulnerabilidades sociais ainda presentes no meio rural.

Palavras-chave: Extensão Rural Social; ATER; Política de Assistência Social, Políticas Públicas; Pnater.

Introdução

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública no Brasil tem enfrentado diversos problemas do ponto de vista financeiro, com um quadro diminuído de profissionais, falta de infraestrutura para execução dos serviços, além de um cenário competitivo frente à pluralidade de atores que disputam os escassos recursos destinados a esta política. Entretanto, tal situação não muda o comprometimento da ATER pública em permanecer ao lado dos povos do campo, das florestas e das águas, contribuindo na construção dos seus projetos de vida, atuando na área ambiental,

¹ Graduada em Letras e Especialista em Educação e Diversidade Cultural (Unipampa), Mestre em Desenvolvimento Rural e Doutoranda em Políticas Públicas (Ufrgs).

² Pedagoga, pós-graduada em Desenvolvimento Rural e Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí).

³ Nutricionista e pós-graduada em Saúde Coletiva (Fiocruz) e Saúde Comunitária (Escola Est. de Saúde Pública).

⁴ Bacharel em Ciências Sociais, Bacharel em Desenvolvimento Rural e Mestre em Sociologia (Ufrgs); graduanda em Serviço Social (Universidade Estácio de Sá).

⁵ Enfermeira (Ufpel), Especialista em Saúde Coletiva (Urcamp), Especialista em Cooperativismo (Sescoop/RS), Mestre em Extensão Rural (Ufsm).

⁶ Graduada em Turismo(PUC) e Administração, MBA em Marketing e Planejamento Estratégico, pós-graduada em Gestão de Cooperativismo e Mestre em Gestão e Negócios de Cooperativas (Unisinos/Ocergs).



social e econômica por meio de um corpo profissional multidisciplinar, que promove a intersectorialidade das políticas públicas que atenderão suas demandas. Lipsky (1980) identifica a burocracia de nível de rua como as organizações e o conjunto de agentes responsáveis pela entrega direta de políticas e serviços públicos aos cidadãos. Neste sentido, na medida em que são responsáveis por executar as políticas no contato com os cidadãos, esses profissionais acabam, ao mesmo tempo, personificando ou materializando a imagem do Estado e tomando decisões alocativas que impactam o bem-estar da população (Cavalcanti, Lotta, Pires, 2018, p.229). No caso da ATER, quem executa a política e possibilita o acesso a tantas outras são os extensionistas rurais.

Para além da política de Extensão Rural, a Ascar/RS, por ser considerada uma entidade Beneficente de Assistência Social, é integrante do Sistema Único de Assistência Social, atuando no campo do assessoramento, defesa e garantia de direitos, e tem como dever promover os direitos socioassistenciais consagrados no âmbito da Política de Assistência Social. Conforme a Resolução do CNAS/MDS Nº 182/2025, no Art. 16,

os serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos do SUAS voltados aos povos e comunidades do campo, florestas e águas, aos indígenas e a outros povos e comunidades tradicionais não podem ser restritos ao assessoramento técnico, administrativo e financeiro voltado para o uso de insumos, formas de produção e comercialização, empreendedorismo e geração de renda, devendo estar comprovada a atuação no processo de mobilização e conscientização pelos direitos socioambientais e socioassistenciais, estímulo à autonomia, protagonismo e participação no controle social.

Esta Resolução torna clara a necessidade de uma atuação qualificada e direcionada para, além das atividades técnicas de ATERS, promover direitos socioassistenciais que ajudem a reduzir as desigualdades, desproteções sociais e violação de direitos que as famílias rurais ainda enfrentam. Isso tem motivado um processo de reflexão sobre os desafios enfrentados pela categoria de Extensionistas Sociais e o trabalho desenvolvido. Diante do exposto, este artigo apresenta a pesquisa realizada pela Associação de Extensionistas Sociais do Rio Grande do Sul (AESR) a fim de contribuir com as discussões sobre o papel do trabalho social dentro da Extensão Rural.

Metodologia

Este artigo baseia-se na pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Trabalho chamado Técnico Social da AESR/RS, que foi realizada em duas etapas: a primeira consistiu na construção e aplicação de um questionário através da plataforma *LimeSurvey*, que contou com a parceria do SEMAPI⁷, financiador da pesquisa, e com o DIEESE⁸, responsável por executá-la. O questionário foi aplicado no período de 27 de janeiro a 31 de março de 2025, contendo cinco blocos de perguntas que visavam captar o perfil das(os) Extensionistas Rurais Sociais (informações sociodemográficas); a percepção sobre o trabalho social e socioassistencial desenvolvido; principais espaços de atuação e; por fim, expectativas de formação; e contou com 385 respondentes. A segunda etapa foi desenvolvida utilizando a metodologia de Grupos Focais, realizada em 26 de maio de 2025, de forma virtual, aplicada a seis grupos divididos a partir das formações das(os) Extensionistas Sociais

⁷ Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais Do Rio Grande Do Sul (Semapi).

⁸ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

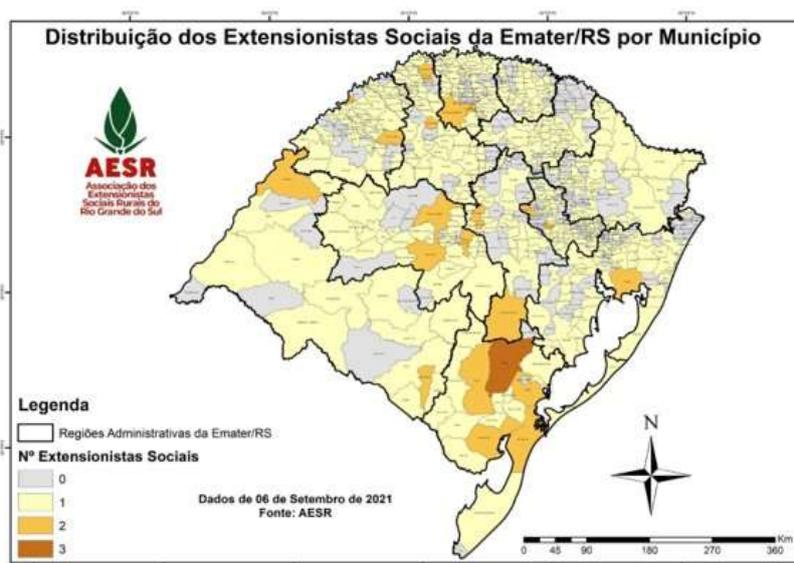
nas seguintes temáticas: 1) Educação e Cultura; 2) Assistência Social; 3) Saúde; 4) Ciências Sociais e Humanas; 5) Ciências Ambientais; 6) Administração, Direito e Cooperativismo. As reuniões foram gravadas para posterior transcrição e versaram sobre os principais desafios e vulnerabilidades sociais do meio rural a partir de cada temática, o papel da Extensão Rural Social neste contexto, as práticas desenvolvidas e com quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) contribuímos.

Resultados

A partir da pesquisa, foi possível traçar o perfil da categoria de Extensionistas Sociais que atuam na Emater/RS-Ascar, evidenciando que 90% são mulheres, 92,5% de cor branca e 79% com idade acima dos 40 anos. Sobre sua vida funcional, evidenciamos que 70% são enquadradas(os) como nível médio na Instituição e 30% como nível superior. Contudo, para além do enquadramento, observou-se que apenas 3,9% ainda permanecem com formação técnica (nível médio) e as(os) demais 29,6% possuem graduação, 53,5% especialização, 10,9% mestrado e 2,1% doutorado. A partir destas informações, podemos perceber que é uma categoria qualificada, que busca se capacitar através de cursos de longa duração (25%), por iniciativa própria através de cursos de curta duração (37,6%) e através de grupos de estudo e leitura (16,1%).

Apesar da Emater/RS-Ascar contar com um corpo técnico multidisciplinar, visando ao desenvolvimento sustentável e ser uma Entidade Beneficente de Assistência Social, a maioria dos profissionais é das ciências agrárias, demonstrando a priorização de investimentos na área econômica. Segundo dados do Relatório de Atividades 2023 da ASCAR, 68% dos profissionais são da área agropecuária e 32% da área social. Essa preponderância de contratação de profissionais agropecuários é semelhante à de muitas instituições de ATERS de outros estados do país. No levantamento realizado pela AESR/RS em 2021 também evidenciamos que 30% dos municípios do RS não possuíam Extensionista Social (ver Figura 1). Essa situação só se agravou nos últimos anos.

Figura 1: Mapeamento do número Extensionistas Sociais por município.



Fonte: AESR/RS, 2021.



Atualmente, frente às frequentes calamidades públicas decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas, tem ficado mais evidente a necessidade de profissionais em mais municípios, uma vez que a atuação da Extensão Rural Social tem sido fundamental desde o primeiro acolhimento e atendimento às famílias, à exemplo das enchentes que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul. Os Extensionistas Sociais se envolvem ativamente desde a identificação, mapeamento e acolhimento das famílias atingidas, como também em ações de apoio e suporte intersetoriais, em parceria com poder público local e outras instituições, inclusive para o acesso a direitos e políticas públicas de suporte emergencial.

Na segunda etapa da pesquisa, os extensionistas sociais puderam apontar as principais vulnerabilidades que identificam no meio rural e também os novos desafios, como: envelhecimento do campo e problema de sucessão geracional; desigualdade de gênero, sobrecarga de trabalho e adoecimento das mulheres; dificuldade de acesso a Previdência Social; acesso limitado à internet e, conseqüentemente ao e-Gov⁹ e todos os serviços e programas que dependem dele; isolamento social, principalmente após a pandemia do Covid-19 e dificuldade de realização de atividades coletivas; adoecimento mental das pessoas de modo geral, mas principalmente aquelas que foram atingidas por catástrofes climáticas; isolamento geográfico e falta de transporte, o que dificulta o acesso a serviços básicos e compromete a participação social e a representatividade nos espaços de decisão; dificuldade de acesso à renda; insegurança e monotonia alimentar; riscos decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas.

Atuação da Extensão Rural Social tem sido no sentido de mediar o acesso das famílias a projetos que promovam a inclusão social e geração de renda; trabalho com grupos, promovendo a escuta ativa, o acolhimento, a socialização e o fortalecimento de vínculos; promover a intersetorialidade de políticas públicas, através do encaminhamento para órgãos competentes que auxiliem na superação das desproteções sociais; apoio na formalização de associações, cooperativas e agroindústrias e estabelecimentos de turismo rural; trabalho integrado entre as áreas, considerando as questões de gênero e sucessão geracional, envolvendo todos os membros da família nos processos decisórios; realizar cursos como o de (Des)envolvimento para Mulheres Rurais e de Empreendedorismo para Juventude Rural nos Centros de Treinamento; atuar em rede visando a completude do atendimento das necessidades das famílias (psicólogos, enfermeiros, por exemplo); dentre outras.

Também foram apontadas ações já desenvolvidas, mas que precisam ser aprimoradas ou continuadas frente ao cenário apontado como a realização do planejamento junto às comunidades; avançar no trabalho de gênero para além da dicotomia homem/mulher, pois hoje cada vez mais outras identidades e expressões de gênero buscam visibilidade, inclusive no meio rural; utilizar os centros de treinamento como lugares estratégicos para cursos de formação de jovens, mulheres; avançar no atendimento a jovens e idosos utilizando mídias sociais e tecnologias; destinar profissionais com formação e/ou afinidade para trabalhar com Povos e Comunidades Tradicionais; utilizar o trabalho com grupos e oficinas, não como um fim, mas como meio para promover os direitos socioassistenciais e as seguranças alicerçadas pelo SUAS; buscar parcerias para a execução de projetos e programas

⁹ Governo Digital



que contribuam com o financiamento de iniciativas dos assistidos; atuar mais fortemente na área de segurança alimentar seja para o consumo das famílias ou visando novos mercados e as novas demandas dos consumidores; incentivar a criação de Comitês Permanentes para discutir as mudanças climáticas e elaborar planos de contingência para situações de calamidade.

Para finalizar, a partir das discussões realizadas, foram elencadas também iniciativas Institucionais que são necessárias para avançar nos serviços de ATERS como como: aumentar o aporte de recursos para a execução do trabalho social; construir metodologias e indicadores para avaliação de impacto do trabalho social (mensuração); ter um banco de profissionais organizado para dar suporte às demandas específicas; apoio psicológico aos extensionistas para atuarem em situações de calamidade pública; capacitação frequente da área social (de forma equânime a área agropecuária); melhorar a comunicação, considerando “o que queremos comunicar e de que forma?”; e garantir equipes multidisciplinares em todos os municípios, visando a qualidade dos serviços prestados.

Considerações finais

As Instituições públicas de ATER precisam repensar qual será a sua atuação frente ao cenário posto e qual o seu comprometimento com as questões sociais, considerando o meio rural, mas também da sociedade como um todo, a quem elas devem justificar o seu motivo de existir. Qual será seu tamanho? A quem vai atender? De que forma? As ações de gestão de ATERS precisam ser intencionais, propositivas e assertivas, desde a contratação dos profissionais até o público que de fato se compromete em atender, pois a falta de gestão e de rumo das Instituições tem levado trabalhadores e trabalhadoras ao adoecimento e à frustração, quando o orçamento e a infraestrutura não condizem com o que as Instituições se propõem fazer. Negligenciar estas questões impede que importantes políticas públicas cheguem ao meio rural e cumpram sua função, pois, segundo Dye (1993) elas são aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer.

Agradecimentos: À AESR/RS e todas as mulheres responsáveis por criá-la e mantê-la mesmo em cenários adversos, onde a visão econômica (capitalismo) e o machismo (histórico e estrutural) colocam o social e as questões de gênero sempre em segundo plano. E um agradecimento especial a todas(os) as(os) Extensionistas Sociais Rurais pelo trabalho de excelência que desenvolvem junto às famílias rurais do RS.

Referências:

ASCAR. *Relatório de atividades Cebas 2023* / Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. – Porto Alegre: Ascar, 2024. 120 p.: il. color. – (Série Relatórios)

CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES Roberto Rocha Coelho. *Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua*. In: Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas / organizadores: Roberto Pires, Gabriela Lotta, Vanessa Elias de Oliveira. – Brasília: Ipea: Enap, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução CNAS/MDS nº 182, de 13 de fevereiro de 2025.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service*. 1st ed. New York: Russell Sage Foundation, 1980.